



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III - CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

ALLAN MARCUS GOMES CAVALCANTE

**O MOVIMENTO ABOLICIONISTA NA HISTORIOGRAFIA
SOBRE A ESCRAVIDÃO NA PARAÍBA: A CIDADE
DE AREIA-PB NO FINAL DO SÉCULO XIX (1873-1888)**

**GUARABIRA
2019**

ALLAN MARCUS GOMES CAVALCANTE

**O MOVIMENTO ABOLICIONISTA NA HISTORIOGRAFIA
SOBRE A ESCRAVIDÃO NA PARAÍBA: A CIDADE
DE AREIA-PB NO FINAL DO SÉCULO XIX (1873-1888)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Coordenação do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas.

**GUARABIRA
2019**

ALLAN MARCUS GOMES CAVALCANTE

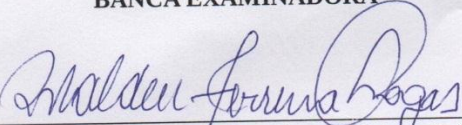
O MOVIMENTO ABOLICIONISTA NA HISTORIOGRAFIA
SOBRE A ESCRAVIDÃO NA PARAÍBA: A CIDADE
DE AREIA-PB NO FINAL DO SÉCULO XIX (1873-1888)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Coordenação do Curso de História da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
Licenciado em História.

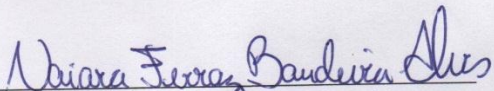
Orientador: Prof. Dr. Waldeci Ferreira
Chagas

Aprovada em: 25/11/2019.

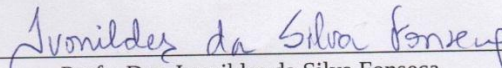
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Me. Naiara Ferraz Bandeira Alves
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Ivonildes da Silva Fonseca
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C377m Cavalcante, Allan Marcus Gomes.

O movimento abolicionista na historiografia sobre a escravidão na Parahyba [manuscrito] : a cidade de Areia-PB no final do século XIX (1873-1888) / Allan Marcus Gomes Cavalcante. - 2019.

17 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2019.

"Orientação : Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas ,
Coordenação do Curso de História - CH."

1. Movimento Abolicionista. 2. Ação Emancipadoras. 3.
Areia-PB. I. Título

21. ed. CDD 326

À minha mãe, pela dedicação,
companheirismo e amizade, DEDICO.

“Seria preciso esperar séculos para que cada homem fosse visto sem o peso de raça.”

Mia Couto

SUMÁRIO

| | | |
|------|--|----|
| 1. | INTRODUÇÃO..... | 7 |
| 2. | A ESCRAVIDÃO E OS MECANISMOS ABOLICIONISTAS NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA NO FINAL SECULO XIX..... | 8 |
| 3. | AÇÃO EMANCIPADORA OU SOCIEDADE EMANCIPADORA PARAIBANA..... | 12 |
| 3.1. | A História de Areia até o movimento abolicionista e emancipadora Areiense (1871-1888)..... | 14 |
| 4. | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 15 |
| | REFERÊNCIAS..... | 16 |

**O MOVIMENTO ABOLICIONISTA NA HISTORIOGRAFIA
SOBRE A ESCRAVIDÃO NA PARAHYBA: A CIDADE
DE AREIA-PB NO FINAL DO SÉCULO XIX (1873-1888)**

**THE ABOLITIONIST MOVEMENT IN HISTORIOGRAPHY
ON SLAVERY IN PARAYYBA: THE CITY OF SAND-PB
AT THE END OF THE NINETEENTH CENTURY (1873-1888)**

Allan Marcus Gomes Cavalcante¹

RESUMO

O nosso propósito neste trabalho é analisar a historiografia sobre a escravidão na Parahyba do Norte, precisamente na cidade de Areia-PB; pois nessa cidade ocorreu a ação emancipadora para escravizados no final do século XIX, entre o período de (1873-1888) onde houve uma ação do movimento abolicionista que adentrou no interior saindo da esfera nacional, passando a fazer parte dos clubes e chegando as ruas e envolvendo a população livre e escravizada na causa abolicionista. Esse questionamento surge a partir da Associação Emancipadora que foi um movimento formado por segmentos sociais liberais da sociedade, o que deixa a entender que os escravizados não foram sujeitos de sua liberdade e história. Mas havendo outros mecanismos de liberdade utilizados pela gente negra cativa e liberta no final do século XIX que agora estão sendo descobertos em novos estudos e pesquisas. Assim revisamos e dialogamos com os antigos historiadores e pesquisadores da atualidade, que revelaram muitos mecanismos de liberdade do final do século XIX, antes mesmo da Lei Áurea.

Palavras chave: Movimento Abolicionista. Ação Emancipadoras. Cidade de Areia.

ABSTRACT

Our purpose in this work is to analyze the historiography about slavery in Parahyba do Norte, precisely in the city of Areia-PB; For in this city there was an emancipating action for enslaved people in the late nineteenth century, between the period of (1873-1888) where there was an action of the abolitionist movement that entered the interior leaving the national sphere, becoming part of the clubs and reaching the streets. and involving the free and enslaved population in the abolitionist cause. This question arises from the Emancipatory Association that was a movement formed by liberal social segments of society, which suggests that the enslaved were not subjects of their freedom and history. But there are other mechanisms of freedom used by the captive and liberated black people in the late nineteenth century that are now being discovered in new studies and research. Thus we revise and dialogue with

¹Aluno de Graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba – Campus III.
E-mail: cinestesiaoucaag@hotmail.com

the ancient historians and researchers of today, who revealed many mechanisms of freedom of the late nineteenth century, even before the Golden Law.

Keywords: Abolitionist Movement. All rights reserved. City of Areia.

1. INTRODUÇÃO

A inquietação para este estudo aprofundado sobre o movimento abolicionista no brejo paraibano foi reparar que a cidade vizinha que moro, Areia-PB, de grande importância histórica e patrimonial para estado da Paraíba, aboliu a escravidão antes da lei Áurea. Como se deu esse fato? Quem eram os abolicionistas na cidade no final século XIX? Quem eram as pessoas que eles libertavam? Por que nesta história à glória de poucos são contadas e outros são apagados por causa de sua raça? Vamos averiguar nesse trabalho, ver fatos e ações na historiografia paraibana no final do século XIX, sobre o fim da escravidão na Parahyba do Norte e como a cidade de Areia está inserida neste contexto abolicionista.

A campanha cívica que pôs fim à escravidão no Brasil contou com a participação de vários setores da sociedade brasileira, à exceção dos grandes proprietários de terra, ou seja, os latifundiários criadores de gado e donos de engenhos que precisavam da mão de obra escravizada para cultivo da cana de açúcar, principalmente no norte do Brasil.

É importante considerar que neste trabalho iremos usar muito o termo “Parahyba do Norte”, nome dado ao estado da Paraíba em boa parte do século XIX. O termo “Norte” também vem para além do vocábulo “nação”, todas as suas derivações - nacional, nacionalismo, etc - se ocultaram (e ainda ocultam) em discursos e representações de poder². Quase como uma extensão deste sentido, o mesmo uso se deu com outras determinações espaciais, como é o caso da palavra “região” (igualmente acompanhada por suas derivações). Sendo este alvo importante de investigação em relação ao tema desse artigo evocando não só a economia da região nordestina do final século XIX, mas a sua cultura de resistência afro-brasileira no sistema abolicionista sendo aplicado e na Parahyba do Norte de (1871-1888) assim seguiremos na análise de suas implicações neste trabalho.

2A noção de região, antes de remeter à geografia remete uma noção fiscal, administrativa, militar (vem de regere, comandar). Longe de nos aproximar de uma divisão natural do espaço ou mesmo de um recorte do espaço econômico ou de produção, a região se liga diretamente às relações de poder e sua espacialização; ela remete a uma visão estratégica do espaço ao seu esquadramento, ao seu recorte e à sua análise, que produz saber. Ela é uma noção que nos envia a um espaço sob domínio, comandado. Ela remete, em última instância, a regio (rei). Ela nos põe diante de uma política de saber, de um recorte espacial das relações de poder. Pode-se dizer que ela é um ponto de concentração de relações que procuram traçar uma linha divisória entre elas e o vasto campo do diagrama de forças operantes num dado espaço. [...] A região é produto de uma batalha, é uma segmentação surgida no espaço dos litigantes. As regiões são aproveitamentos estratégicos diferenciados do espaço. Na luta pela posse do espaço ele se fraciona, se divide em quinhões diferentes para os diversos vencedores e vencidos; assim, a região é o botim de uma guerra. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 36, grifos originais).

A ideia de norte e nordeste parece apontar uma constituição enquanto espaço de negação, o sul, por sua vez, se construía em alteridade e paralelo, cada vez colocado mais distante do nordeste. É como se ao longo do tempo tivesse ocorrido um constante e profundo afastamento das regiões nordeste e sul, afastamento que foi se constituindo por diversos olhares, interpretações e sentidos. Vários apelos e constatações de artistas, escritores, pesquisadores nordestinos e intelectuais do país formaram uma geografia do nordeste; justifica Albuquerque Jr. (2009) da sua opção em abordar algumas fontes por ele eleita como vozes privilegiadas e edificadoras de determinados espaços e características como sendo nordestinas. Até o modo como o sistema escravista do final de século XIX e os mecanismos de liberdade como foi o caso do movimento abolicionista que tem suas próprias maneiras regionais de acontecer e serem aplicadas.

2. A ESCRAVIDÃO E OS MECANISMOS ABOLICIONISTAS NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA NO FINAL SÉCULO XIX

A abolição em 1888 foi uma consequência de fim de Império que tinha por base a mão de obra escrava por mais de 300 anos. Antes da Lei Áurea, houve luta e também houve mecanismos de liberdade no final do século XIX. Foi a partir de debates políticos nas ruas, a despeito do desinteresse entre políticos e jornais paraibanos que nasciam do anseio abolicionista que estava tomando conta da Capital do Império e se espalhando rapidamente por todo o território do Império, se declaravam com todo ativismo dentre pessoas brancas que estudaram na Europa ou tinha algum estudo, mulheres, artistas, gente negra livre, irmandades, os próprios escravos passaram a ter um ideia ou noção abolicionismo na Parahyba do norte. Assim discutiremos neste trabalho como a ideia abolicionista passou para a prática.

Durante todo o século XIX, a Parahyba do Norte teve uma tendência nacional, principalmente no final do século, onde houve um fortalecimento do movimento abolicionista, segundo Silva (2016) nesse período, foram criadas associações de pessoas livres em prol da libertação de escravizados, fosse por meio de compra junto aos tutores, fosse por meio de incentivo às fugas e motins nas fazendas e engenhos. Ao contrário do que seria lógica a pequena população escravizada na publicação da lei Áurea, não foi reflexo do avanço da mobilização abolicionista, destaca Silva (2016), que a queda foi ocasionada por diversos motivos como o envelhecimento dessa população negra, as epidemias da época e tráfico interprovincial de escravizados a partir da lei Eusébio de Queiroz de 1850.

O reflexo do avanço da mobilização abolicionista para o interior do Brasil veio através das ações emancipadoras. Termo popularizado na época para designar os grupos organizados que ajudavam a libertar a população negra escravizada. Mas só libertar, e não colocar a população negra em igualdade social aos brancos.

Verificamos, desta forma, que a partir da década de 1980 têm se estabelecido entre os historiadores /as uma cultura histórica que busca identificar o escravo como agente histórico. A historiadora paraibana Diana Galliza (1979) nos mostra que os autores considerados clássicos da historiografia paraibana que analisaram a economia sertaneja desprezaram o papel desempenhado pelo escravo negro ou atribuíram-lhe pouca importância na organização do trabalho no brejo paraibano. Como exemplo, ela cita os antigos historiadores paraibanos como Irineo Joffily (1977) e José Américo de Almeida (1923), que afirmam que a existência de escravos foi pouco significativa nas regiões da Paraíba devido à atividade da pecuária ser normalmente executada pelos indígenas.

A partir do final da década de 1970 e início da década de 1980, a historiografia sobre a escravidão na Paraíba começou a passar por profundas mudanças, com novas interpretações, não só do ponto de vista econômico, mais também social, jurídico, e cultural, ou seja, aspectos que envolviam a população negra escravizada e liberta. Nesse processo se destaca a historiadora paraibana Diana Soares de Galliza, pois no seu livro: *O Declínio da escravidão na Paraíba 1850-1888*, de 1979, faz um apanhado econômico-social no interior da Parahyba do Norte, e mostram dados fundamentais das populações negras escravizadas e libertas que ajudaram a nortear novas pesquisas através de outras fontes como livros de cartórios, testamentos, registros de compra e venda, inventários, ações judiciais, etc.

A partir da análise econômica, Galliza (1979) ao se reportar aos dados estatísticos, afirma que os libertos não são números apenas, mas são verdadeiros agentes históricos que tem importantes fatos na lacuna da historiografia paraibana em relação a escravidão e libertação de pessoas negras no fim do século XIX, antes da proclamação da lei Áurea. No seu trabalho essa historiadora indica uma forte presença não só da força de trabalho escravizada na Parahyba do Norte, no final século XIX, mas uma grande presença negra em

resistência contra a escravidão, e com práticas de liberdade por via das leis abolicionistas vigente do século XIX, pela via jurídica, religiosa e pelas ações das irmandades religiosas negras, que viu no movimento abolicionista um meio de emancipar os escravizados.

Ainda de acordo com Galliza (1979), as instituições emancipadoras ou clubes abolicionistas que ocorriam tanto na capital quando no interior na Parahyba do Norte, em destaque a Emancipadora Areiense (1871-1888) no município de Areia, que um mecanismo de liberdade a ser investigado, teve papel importante, foi responsável pela maior parte dos negros libertos na cidade no final século XIX antes da lei Áurea na cidade de Areia.

As ações em prol da liberdade dos escravizados eram praticadas pelos integrantes das Associações Emancipadoras compostas por homens e mulheres brancas. No entanto, é importante questionar a historiografia paraibana sobre a escravidão. Porque essa historiografia deu pouca atenção ao movimento negro abolicionista e as instituições encarregadas de libertar seus irmãos e irmãs de cor? O que aconteceu com as pessoas negras libertas? Continuaram agregadas aos senhores/as que os libertaram?

Neste trabalho não desconsideramos a importância do movimento abolicionista desencadeado pela Ação Emancipadora na Cidade de Areia. Mas chamamos a atenção da ausência de estudos que analisem a participação do negro liberto ou cativo no movimento abolicionista. Ou seja, a participação da pessoa negra na luta pela liberdade.

As ideias e os discursos abolicionistas foram introduzidos na Parahyba do Norte, a partir do contexto político-econômico e social na segunda metade do século XIX. Para Galliza (1979, p.22):

A escravidão foi o sustentáculo da economia paraibana, sobretudo, nos tempos coloniais. A colonização da Paraíba teve início com a agricultura de cana-de-açúcar, por muito tempo representou sua principal força econômica. Mas foi o braço escravo que possibilitou o seu desenvolvimento.

A utilização da mão de obra escravizada foi um elemento constitutivo também da sociedade paraibana oitocentista, como demonstrou Galliza (1979):

Ela esteve no cerne da sua economia durante todo o período colonial e adentrou o século XIX. Entretanto, a economia da Parahyba do Norte, na segunda metade do mesmo século, iniciou com debilidades na indústria açucareira, principal setor produtivo da província. No caso paraibano, somava-se a isso a falta de técnicas e de instrumentos agrícolas, razão por que “a produção era pequena, seus custos elevados e o açúcar de qualidade inferior” (GALLIZA, 1979, p. 30).

Para manter a produção açucareira era necessária a mão de obra escravizada, o que se manteve até quando o trabalho escravo fora rentável já na segunda metade do século XIX. Mantê-las passou a ser um custo. Galliza (1979) traz em suas fontes sobre a escravidão na Parahyba do Norte que o cativo mesmo desvalorizado estava incluído como categoria de bens semoventes, juntamente com animais, mas seu valor era por muitas vezes superior ao de rebanhos e propriedades rurais.

Nesse período entre 1871 a 1888, a então Parahyba do Norte, que tinha cinco associações emancipadoras, eram as associações paraibanas abolicionistas do final século XIX: Sociedade Caridade São João Evangelista, Emancipadora

Paraybana, Núcleo Abolicionista e Emancipadora Areiense, elas ficavam atrás da Província de São Paulo em número de associações, segundo Silva (2016). Um censo feito pelo Império em 1872 indicou que Nossa Senhora da Conceição de Areia, com 1.424 pessoas, era a freguesia com a maior população escravizada na região do brejo paraibano.

Silva (2016) em suas pesquisas aponta a que Emancipadora Areiense chegou a adotar medidas radicais como o objetivo de apressar a libertação dos escravizados, mesmo sendo via forma de pagamento ou acordo político. Alguns integrantes atuavam diretamente nas senzalas, estimulando fugas dos cativos, por exemplo. Conforme Silva (2016) Areia não foi o único destaque pela luta da abolição na Parahyba do Norte. A cidade da Parahyba do Norte, capital Nossa senhora das Neves, chamada hoje de João Pessoa, foi palco de debates públicos e de insurgências de jornais abolicionistas, durante o final do século XIX, a cidade de Mamanguape, outra freguesia do interior com grande população escravizada, também se destacou na Parahyba do Norte pela luta abolicionista.

Na segunda metade do XIX, com o racionamento da Lei Eusébio de Queiroz em 1850, a Parahyba do Norte entrou no tráfico interprovincial de escravizados e aumentou o plantel de escravizados a região. O censo demográfico realizado no Brasil em 1872 foi à primeira operação censitária realizada em território brasileiro, à época imperial, apontou na província da Paraíba um aumento significativo de sua população negra, aponta Silva (2016) em sua pesquisa trazendo dados também deste primeiro censo demográfico do Brasil em 1872 uma crescente população negra na Parahyba do Norte. Segundo dados do levantados pelo segundo Império a população escrava no Brasil era 1.510.806 cativos, sendo que na Parahyba do Norte em seus 24 municípios no final do século XIX, era de 21.526 pessoas escravizadas.

A primeira a ser criada foi a Associação Emancipadora do interior da Parahyba do Norte, a Emancipadora Areiense foi fundada em 1873, na cidade de Areia, no interior da Província, por Manuel José da Silva, cuja principal ação política era a libertação de cativos, via carta de alforria e se inseriu no movimento emancipacionista que respeitava o “direito de propriedade” e pregava a extinção do cativo de forma “gradual, através de cartas de alforria” (GALLIZA, 1979, p. 183).

A Associação Emancipadora dessa cidade fazia campanhas, desfiles, mobilizava mulheres, artistas, estudantes e outros setores da sociedade para convencerem os donos de engenhos que não era mais um bom negócio ter escravizados. Bom negócio era ser republicano moderno, não ficar na era do atraso tendo que manter escravizados. Sendo um libertador o senhor de engenho era enaltecido pela sociedade local, e passava a ser visto com bons olhos.

Em novas pesquisas sobre a presença e fim da escravidão na Parahyba do Norte, a historiadora Galliza (1979) nos traz dados econômicos levantados na segunda parte do século XIX sobre a economia da província, o aumento da população negra nessa província, a maioria da gente negra estava em situação cativa em várias cidades. No interior havia registros detalhados de compra e venda. Nos cartórios; documentos como inventários, testamentos e registros davam conta da gente negra alforriada e que conseguia sua liberdade por outros métodos jurídicos.

Na abordagem da pesquisa do declínio da escravidão na Paraíba, 1850-1888, a historiadora Galliza (1979) nos mostra que os autores considerados clássicos da historiografia paraibana que analisaram a economia paraibana desprezaram o papel desempenhado pelo escravo negro ou atribuíram-lhe pouca importância há dados, estatísticas, tabelas, censos, registros de jornais, instituições religiosas, etc. E mesmo quando apontavam a presença escrava nesta região do brejo paraibano, argumentavam que era uma forma de exploração utilitária, doméstica e de demonstração de riqueza por parte das famílias abastadas das regiões, segundo antigos historiadores paraibanos como Joffily (1977) e Almeida (1923) em suas releituras sobre a história da escravidão da Paraíba.

Dessa forma, Galliza abre um leque de possibilidades nas pesquisas históricas não somente no brejo paraibano, mas em outras regiões da província ao afirmar e questionar fontes através documentais econômicas vindas do século XIX no período da escravidão. No entanto, em sua análise, partindo de uma perspectiva econômica, apresenta dados estatísticos, e dessa forma os escravos confundiam-se com os números, não sendo assim, identificados como agentes históricos por antigos pesquisadores e historiadores também.

É o caso da discussão e pesquisa da historiadora Alves (2006), a atuação das irmandades negras no processo de sociabilização dos homens de cor na Parahyba oitocentista, que enfatizando as suas atuações, enquanto instituição de ajuda mútua, e espaço de associação dos negros na irmandade religiosa. Trazendo também panorama das irmandades negras, não apenas religiosas, na província da Parahyba do norte entre século XVIII e XIX, a um foco de que dentro destas instituições ocorria um processo de conexão cultural, em que interagiam os conhecimentos dos homens negros, vindos de sua ligação histórica com a África e os ensinamentos da religião católica que eles passavam a praticar.

A historiadora Alves (2006), traz em sua pesquisa como a historiografia se remeter ao tratar das irmandades como outro posicionamento, ao conceito de sincretismo religioso. As pesquisas sociais norteadas por outros/as estudiosos/as da escravidão da Paraíba trouxeram à tona a essa gente negra em situação de cativa ou de liberdade que comumente é excluída da história.

Como é o caso da historiadora Rocha (2007), em sua pesquisa de registros do século XIX da população negra e buscou uma assimilação de resistência conjunta para sobrevivência de homens e mulheres negros escravos e não escravos que estabeleceram arranjos familiares e estratégias elaboradas para reconstruírem seus laços parentais na Paraíba oitocentista. Para resgatar a capacidade central de viver e aprender a conviver em comunidades urbanas ou quilombolas.

Nesse processo de pesquisas recém-descobertas sobre a escravidão na Parayba do Norte na segunda metade século XIX, também é importante o trabalho pesquisadora Dourado (2017), visto que sua pesquisa no seu tem a destacar o tráfico interno de mulheres negras escravizadas na Parahyba do Norte e a participação delas na sociedade do final do século XIX, como era caso de muitas mulheres negras escravizadas se opuseram seus senhores e o sistema de escravidão que tratava como uma mercadoria.

Também em pesquisa recente sobre escravidão no interior da Paraíba é

pertinente o trabalho de Oliveira (2017), visto se ater as estratégias de luta desencadeadas pelos escravizados na busca de sua liberdade na Vila de Bananeiras no final século XIX. Dentre os instrumentos de liberdade, esse pesquisador cita as fugas, e a via jurídica, estratégias cujos registros estão presentes nos inventários e testamentos dos senhores/as.

As pesquisas que analisam os mecanismos de liberdade desencadeados pelos escravizados foram desenvolvidas a partir das novas leituras sobre os documentos e registros deixados pelos senhores/as de escravizados da segunda metade século XIX na província da Parahyba, principalmente a documentação sobre as questões sociais do período oitocentista. Ou seja, tais documentos e registros já possuem um formato e um discurso embutidos. Embora os textos sejam diferentes e a riqueza de informações contidas reforce as pesquisas em relevância e trazendo o destaque dessa forte presença da gente negra na Parahyba do Norte encontrando formas e mecanismos de liberdade.

3. AÇÃO EMANCIPADORA OU SOCIEDADE EMANCIPADORA PARAIBANA

Após 1871, com publicação da Lei do Ventre Livre, onde os negros nascidos de mães escravas se gozavam de uma liberdade relativa, há uma profusão de emancipadoras ou clubes abolicionistas nas camadas da sociedade dita moderna, com ideias que até então não foram comentadas. Ainda que de forma lenta e com muito esforço, a importância das emancipadoras se deu não somente pela libertação dos escravizados mediante pagamento, mas pela resistência e difusão do pensamento abolicionista no Brasil no século XIX, que das capitais chegou ao interior com suas ações.

Segundo Silva (2016) em pesquisa, as emancipadoras trouxeram o debate da escravidão para além do congresso no Império, muitos setores da sociedade, atuaram na deslegitimação e naturalização da política escravista. Esse tipo de abertura serviu para inserir a mulher, a exemplo, num contexto de emancipação também. Nos estudos de Silva (2016), eram notáveis a presença de em comícios, palestras e reuniões de clubes de mulheres, artistas, advogados em que a escravidão era discutida abertamente.

Como mencionamos, foram criadas, na Província da Parahyba do Norte, três associações que objetivavam a abolição dos escravizados. A primeira a ser criada foi a Emancipadora Areiense, que estamos a focar neste estudo, foi fundada em 1873, na cidade de Areia, no interior da Província, por Manuel José da Silva, cuja principal ação política era a libertação de cativos, via carta de alforria e se inseria no movimento emancipacionista que respeitava o “direito de propriedade” e pregava a extinção do cativo de forma “gradual, através de cartas de alforria” (GALLIZA, 1979, p. 183). Na década de 1870, seu êxito foi bastante reduzido, o que levou o seu diretor, Manuel José da Silva, a reorganizá-la em 16 de março de 1883. Entra pra história da Paraíba, Areia como a cidade que mais emancipou, segundo Silva (2016), a que mais pagou indenizações aos donos de engenhos para os negros cativos fossem libertados no período.

Concernente à difusão das ideias abolicionistas, os jornais, principalmente nas últimas décadas, tornaram-se um importante veículo para a propaganda

abolicionista em todo o território brasileiro. É importante destacar que, mesmo em jornais assumidamente abolicionistas, havia suas contradições, pois estavam inseridos em uma sociedade excludente e segregadora. Jornais com temática de escravidão na Parahyba do Norte no final de século XIX, um enfoque em suas colunas sociais com temas literários, noticiosos e abolicionistas. Assim, além de difundir ideias a favor da abolição da escravatura, o periódico também informava seus leitores sobre os acontecimentos ocorridos dentro e fora da província, quanto em outras partes do império, segundo Galliza (1979), e adentra em suas pesquisas também a fundo sobre contexto abolicionista na mídia da época.

A historiadora e pesquisadora Rocha (2007), também aponta que “na segunda metade do século XIX, a queda foi acentuada, visto que entre 1851 e 1872 a Paraíba diminuiu seu contingente de 13,4 % para 5,7 % em relação à população livre, que, ao contrário, estava em expansão” (Rocha, 2007, p. 107). Ou seja, a partir da atuação da Ação Emancipadora o percentual de escravizados na Parahyba diminuiu.

De acordo com o censo demográfico de 1872, a província da Parahyba do Norte possuía um contingente de 21.526 pessoas escravizadas, o que representava apenas 5,7%, do contingente populacional. Desse total, um pouco mais da metade (10.845, o que correspondia a 50,38% da população cativa) era constituída de mulheres, que embora fosse maioria, não chegava a ser amplamente predominante. O referido censo de 1872 nos informou ainda que entre o total de homens escravizados (10.681 pessoas) apenas 788 eram casadas, mulheres 697 foram listadas como casadas, sendo assim, temos uma diferença para mais em relação aos homens casados, esse dado nos leva a pensar que tais pessoas escravizadas não Areiense estabeleciam relações afetivas e de matrimônio apenas com companheiras de cativeiro, como demonstraremos posteriormente através das listas do Fundo de Emancipação (SILVA, 2016, p. 35).

O fato de escravos cativos não manterem relações afetivas e de matrimônio entre si e não com seus proprietários, nos leva a acreditar que havia um consciência de classe social e de não afetividade. Sendo que muitos cativos do final século XIX tinha noção de leis e de princípios sociais em relação a seus donos. Isso nos traz também a quebra de paradigmas que todos os cativos devia meter relações extremas com seus amos. Esses cativos já tinha noção de matrimônio, de leis e de vida em sociedade mesmo no estado escravista decadente que se encontravam viviam no final século XIX. Tudo isso pesa dados censo demográfico 1872 que presença negra escreva era grande ainda Parahyba do norte e fortalecia tinha consciência de relações entre si. A própria pesquisa de Silva (2016) traz outros fatores para esse diminuição além da Alforria, na segunda metade século XIX ocorreram secas, epidemias de doenças, aumento da população idosa negra, fugas, rebeliões em senzalas, a questão de população negra que procurava a justiça para liberdade na morte de seus senhores, o casamento de entre si da população negra,

a procura pelas irmandades como refugio pra formação e adaptação dos escravos para novas comunidades para novas famílias negras e muitos mecanismos de liberdade que própria população gente negra utilizava que estão trazendo novos apontamentos e estudos para esta diminuição nos gente negra escravizada na Parahyba do Norte no final do século XIX.

3.1. A história de Areia e o movimento Abolicionista e a Emancipadora Areiense (1871-1888)

A partir do final do século XVII e início do século XVIII, surgiu o povoado inicialmente denominado Sertão do Bruxaxá (“terra onde canta a cigarra”). Bruxaxás eram os índios que primitivamente habitavam a região. Por essa época, no local onde hoje se ergue a cidade, um português construiu um albergue à margem do cruzamento de estradas muito frequentadas pelos que, procedentes do alto sertão paraibano ou de Pernambuco, seguiam para Mamanguape ou a Paraíba. O colono, pela amizade que fez com os nativos, recebeu a alcunha de Bruxaxá.

O movimento de viajantes e tropeiros pelo local atraiu habitantes formando-se ali, em pouco tempo, próspera povoação, que passou a chamar-se Brejo de Areia, em virtude de correr nas imediações o riacho de nome Areia. Distrito criado com a denominação de Brejo d’Areia, em 1813, subordinado a vila de Monte-Mor. O município surgiu desanexado do Monte-Mor (atual Mamanguape), em 1815. Elevado à categoria de vila com a denominação de Brejo d’Areia, em 1815, e desmembrado da Vila de Monte-Mor. Em 1846, foi elevada à condição de cidade e sede municipal com o nome de Areia. Tanto sua história como sua economia está ligada a cultura canieira, primeiro do ciclo do ouro branco até a fase de fabricação de água ardente e fabricação de rapaduras ate hoje nos dias atuais.

Boa parte de sua riqueza ligada ao trabalho escravo onde sua comarca se destaca a compra e venda de escravos na parte antiga da cidade onde funciona o mercado de escravos num grande casarão de estilo conhecido como Casarão José Rufino, que movimentou grande parte da venda, troca, transporte para outras províncias de escravos, atividades ligadas mão de obra escrava fazem parte da própria formação histórica do município sendo um mercado de escravos especiais por causa de seu tamanho e formato do casarão antigo.

Na cidade de Areia na segunda parte do XIX entra na campanha abolicionista que já estava sendo proliferada na capital do país. Nesse processo, dois moradores de Areia tomaram a frente no processo de libertação de escravizados: o farmacêutico Manuel Silva e o bacharel Coelho Lisboa. “Atuaram de diversas formas, seja na organização de eventos para arrecadar recursos para a compra de escravizados, seja acolhendo escravizados fugitivos, ou até mesmo, incentivando a fuga de outros cativos”, conforme explica Silva (2016) traz em sua pesquisa que a Emancipadora Areiense (1871-1888) era um clube de abolicionistas que chegou a adotar medidas radicais com o objetivo de apressar a libertação dos escravizados. Pois fica a pergunta das interpretações dos pesquisadores: para onde foram os cativos pós serem libertados? Como foram tratados na sociedade que tantos os maltrataram feito propriedade?

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de todos os reveses, extinguiu-se a escravidão, mas a liberdade não acompanhada de medidas que visassem introduzir os libertos no mundo dos brancos livres, e os ecos desse processo chegaram à Província da Parahyba do Norte, através das Sociedades Emancipacionistas e Abolicionistas, nas quais os discursos de seus membros defendiam o fim do cativeiro, com base no humanismo ilustrado, na moralidade cristã, buscando aproximar o Brasil do modelo de civilização europeia.

É grande a relevância dos anos de 1970 e início da década de 1980, a historiografia da escravidão começou a passar por profundas mudanças no Brasil, que não são invisíveis para os historiadores e pesquisadores com suas interpretações sobre arquivos, como localização geográfica da população negra mesmo escravizada, seus gêneros, faixa etária, testamentos registros de compra e venda, inventários, etc. Todos esses registros indicam uma forte presença não só da força de trabalho escravista, mas de uma resistência de uma população negra oitocentista que se encontra presente hoje conosco em nossa história regional.

Trazendo a discussão sobre a sociedade emancipadora Areiense, identificamos mais um mecanismo de liberdade mesmo ele não sendo totalmente igualitário aos irmãos de cor, que já estavam em procurando meios de alcançar sua liberdade e outros mecanismos para sua liberdade antes mesmo da lei Áurea e continuidade de suas vidas e sua cultura até os dias presentes de hoje.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

ALMEIDA, de Américo. **A Paraíba e seus problemas**. Brasília-DF: Senado Federal. Conselho Editorial, 2012 (1923).

ALVES, Naiara Ferraz Bandeira. **Irmãos de Cor e de Fé: irmandades negras na Parahyba do século XIX**. Dissertação (Pós-graduação em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2006. 115p.

DOURADO, LARISSA BAGANO. **Mulheres cativas na província da Paraíba do**

Norte: Tráfico interno e conquista da Liberdade (1850-1888). Dissertação (Pós-graduação em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2017. 147p.

GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba 1850-1888.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979.

JOFFILY, Irineu. **Notas sobre a Parahyba do norte.** Brasília- DF. Tesouros Editora (1977) fac-símile de 1982.

OLIVEIRA, Daniel de. **As estratégias de luta pela liberdade nos últimos anos da escravidão na vila/cidade de Bananeiras-PB (1871-1888).** Dissertação (Pós-graduação em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2017. 183p.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba Oitocentista:** população, família e parentesco espiritual. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2007.

SILVA, Lucian de Souza da. **Nada mais sublime que a liberdade:** o processo de abolição da escravidão na Parahyba do Norte (1870-1888). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Programa de Pós-graduação em História, João Pessoa, Paraíba, 2016.

AGRADECIMENTOS

Acho que escrever os agradecimentos seja uma das partes mais difíceis da conclusão de um trabalho acadêmico. Foram mais de cinco anos de conhecimentos fantásticos, recebidos por professores, textos, livros, amigos, colegas de turma, inimagináveis para uma vida comum de curso de universidade.

Em primeira mão todos e todas agradeceriam a família ou suas origens, mas eu agradeço ao meu esforço, de quebrar um história de formação familiar sem universidade, sem grandes valores na educação e estar fazendo um curso de história e escrever uma nova trajetória.

A família sempre foi contra o curso, menos uma pessoa que me ajudou e aconselhou sobre seguir meus passos acadêmicos, foi minha mãe guerreira, Anastácia Gomes da Cruz, que se divorciou e começou do nada fazer sua própria

história como mulher solteira, trabalhadora e técnica de enfermagem. A ela devo sempre agradecer por mostrar que é possível mudar e fazer outra história em nossas vidas.

Sobre os professores e professoras que desde sempre vieram dando força na articulação de leituras e a interpretação de documentos antigos, que fazem refletir e pensar sobre as opiniões de hoje em dia. Principalmente em relação a este tema relacionado sobre o ensino de África, um componente vital para pesquisas e de abrangência fantástica que tive oportunidade de instigar a fazer novos estudos e pesquisas no meu cotidiano, não só com meu orientador Prof. Waldeci Pereira Chagas, mas com todas e todos os pesquisadores africanistas brasileiros que trazem a África para estudos de sala de aula quebrando a autonomia do livros didáticos convencionais com versão europeia sobre história geral.

Certa vez no começo do curso quando eu mesmo tinha dúvidas de como seria essa nova trajetória de estudos em minha vida, a professora Elisa Mariana do componente de introdução aos estudos históricos me perguntou o que era a História para mim? Eu disse a ela que a cada dia pretendo pensar sobre o que é a História e o que estou a construir, a fazer aqui neste curso, como se constrói uma poesia, pois aqui estou no ponto de iniciação a minha nova história.

Aprendi a respeitar e admirar todos e todas, esses super-profissionais da educação, são os professores que dão suas forças vitais todos os dias pra quê possamos aprender e refletir sobre o passado que esta no presente cotidiano.

Agradecer pelos amigos e amigas presentes até hoje por causa do curso, colegas de turmas que vieram nessa trajetória também. Fui adotado e depois adotamos nós mesmo. Vivemos esses períodos como uma família, cada um ajudando ao outro em suas dificuldades e a compreender essas leituras com novas técnicas de escritas e digitais aplicadas a nós.

Os trabalhos, seminários, simpósios, congressos, viagens, filmes, livros, aniversários, artes, festas em turma e no campus, conversas com café. Tudo isso aproximou-nos, com essas novas reflexões humanas acadêmicas que tornamos parte de nossas vidas também.

Agradecer em especial também a amiga Luana de Vasconcelos Moura que desde o primeiro dia de aula que nos cruzamos, vem me ajudando, aconselhando vou levar sua amizade comigo como a irmã linda e inteligente que sempre quis ter.